



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus nº: 204.131-0
Comarca: Garanhuns
Vara: 1ª Vara Criminal
Impetrante: Maria do Socorro Paixão Silvestre
Paciente: Vanilson Lins da Silva
Procurador: Patrícia Carneiro Tavares
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

121

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA PARTICIPAÇÃO NO DELITO. ANTECIPAÇÃO DE DISCUSSÃO FÁTICO-PROBATÓRIA. NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA MOTIVOS PARA DECRETAÇÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS. DEMONSTRADA A NECESSIDADE DA MEDIDA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURADO. DENEGADO.

1. A alegação de ausência de elementos que demonstrem a participação delitiva do Paciente desborda a estreita via do habeas corpus, por demandar o revolvimento probatório e exigir que se debruce o julgador em detida análise da prova contida nos autos da ação penal para aferir a pertinência do alegado. Writ não conhecido nesse particular.
2. O decreto prisional se mostra devidamente fundamentado, demonstrando a pertinência da medida, calcada na necessidade de garantia da ordem pública e por conveniência da instrução penal, diante da conduta perigosa do Paciente, o qual demonstra que solto poderá novamente reincidir nos mesmos crimes, diante dos depoimentos prestados pelas testemunhas em sede inquisitorial, além da possibilidade, demonstrada nos autos, de o mesmo praticar ameaças contra as testemunhas do processo, por ser bastante temido no distrito de Iratama.
3. Retardo razoável, verificado que o julgador tem dado impulso à marcha processual, adotando, para tanto, as medidas que lhe incumbe, observando-se que a demora é de pequena monta, podendo ser compensada no curso da instrução criminal, não havendo que falar em coação ilegal por excesso de prazo.
4. Habeas Corpus denegado. Decisão unânime.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



ACÓRDÃO

122

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade de votos, em conhecer parcialmente da ordem e na parte conhecida, denegá-la, nos termos do relatório, voto e demais peças que integram o julgado.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

Des. Fausto Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



123

Habeas Corpus nº: 204.131-0
Comarca: Garanhuns
Vara: 1ª Vara Criminal
Impetrante: Maria do Socorro Paixão Silvestre
Paciente: Vanilson Lins da Silva
Procurador: Patrícia Carneiro Tavares
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

RELATÓRIO

Impetrou-se o presente Habeas Corpus em favor de **VANILSON LINS DA SILVA**, denunciado como incurso nas penas do art. 121, §2º, II e IV, do CP, nos autos do Proc. nº 216.2009.002573-5, em curso perante Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns, ora indigitada autoridade coatora.

A impetração pretende desconstituir a custódia cautelar sob a alegação de que: não existem provas que indiquem a participação do Paciente no delito; o excesso de prazo para a formação da culpa; e que o decreto preventivo encontra-se sem fundamentação.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 07/26.

Indeferido o pedido liminar (fl. 33), foram solicitadas as informações à indigitada autoridade coatora.

Através de ofício de fls. 38/39, instruído de documentos de fls. 40/45, argumenta o Juízo a quo a necessidade da prisão cautelar do Paciente, bem como a inadequação da via de habeas corpus para discussão de matéria de prova.

A Procuradoria de Justiça, através da Dra. Patrícia Carneiro Tavares, emitiu parecer de fls. 50/51, opinando pela denegação da ordem.

Eis o importante a relatar.

VOTO:

A inicial, antecipando a discussão fático-probatória, alega não existir nenhum elemento nos autos que comprove a participação do Paciente no delito.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



124

Cuido, prefacialmente, que tal fundamento desborda a estreita via do habeas corpus, por demandar o revolvimento probatório e exigir que se debruce o julgador em detida análise da prova contida nos autos da ação penal para aferir a pertinência do alegado.

A via mandamental, contudo, exigente de demonstração inequívoca das ilegalidades aventadas, mediante prova pré-constituída, não admite a dilação probatória imprescindível ao exame de alegações que, na verdade, dizem respeito ao mérito da ação penal em curso.

O cotejo de provas se dará ao fim da instrução criminal, sob o pálio do contraditório e da ampla defesa, nesse sentido tem se firmado o STJ:

"O habeas corpus constitui-se em meio impróprio para a análise de questões que exijam o reexame do conjunto fático-probatório como a alegação de ocorrência de flagrante preparado, tendo em vista a incabível dilação que se faria necessária." (STJ – HC 59666/TO – Rel. Min. Gilson Dipp)

A discussão sobre as circunstâncias do crime deve ser instaurada perante o juiz processante, ao quem cumpre o mister de apreciar os fatos e sobre eles decidir.

Acolher os argumentos estampados na inicial importaria, na prática, verdadeira sentença absolutória em prol do Paciente, suprimindo do Tribunal do Júri a competência soberana de julgar os crimes contra a vida.

Portanto, nesse particular, **não conheço da impetração.**

Passo então a analisar as alegações de ausência de fundamentação do decreto de prisão preventiva.

A decisão vergastada se encontra encartada às fls. 09/12 dos presentes autos, estando concretamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública e por conveniência da instrução penal, diante da conduta perigosa do Paciente, o qual demonstra que solto poderá novamente reincidir nos mesmos crimes, diante dos depoimentos prestados pelas testemunhas em sede inquisitorial, além da possibilidade, demonstrada nos autos, de o mesmo praticar ameaças contra as testemunhas do processo, por ser bastante temido no distrito de Iratama.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



125

Verificada a necessidade e pertinência da prisão, inadmissível a revogação de custódia que atende aos requisitos legais, mormente que não foram trazidos pelo Paciente elementos idôneos para desconstituí-la.

Finalmente, quanto ao alegado excesso de prazo, verifico tampouco caber razão ao Impetrante.

Ocorrido o delito em 27/03/2009, foi denunciado o Paciente, juntamente a corréu, em 31/08/2009, sendo a denúncia recebida em 30/09/2009, momento em que foi decretada a prisão preventiva dos acusados.

Preso em 02/10/2009, em razão do decreto prisional, foi citado o Paciente em data não fornecida, estando os autos com vista ao defensor para apresentação de defesa preliminar.

Submete-se a alegação de excesso de prazo ao princípio da razoabilidade, observadas as peculiaridades do caso concreto. Não decorre de mera operação aritmética. Exige, acima de tudo, prudência na aferição das circunstâncias e justificativas inerentes a cada caso.

Se a delonga é desmedida e não resulta de ação do acusado preso, mas imputável à autoridade, corrige-se o abuso pondo-se o acusado em liberdade, pouco importando a natureza do delito.

Todavia, se a demora é de pequena monta, podendo ser compensada no curso da instrução criminal, não há falar em coação ilegal por excesso de prazo.

Na situação em epígrafe, verifica-se que o feito tramita em prazo razoável, inferindo-se, das informações colhidas, que o julgador tem dado impulso à marcha processual, adotando, para tanto, as medidas que lhe incumbe, não verificando, pois, o alegado excesso de prazo para a formação da culpa.

Ante o exposto, por não vislumbrar constrangimento ilegal a ensejar o alcance da tutela pretendida, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

Des. Fausto Campos
Relator